

## **IX ENCONTRO DA ABCP**

### **Teoria política**

**A crítica da razão populista: Bonapartismo e democracia nos governos  
“pós-neoliberais” latino-americanos?**

**Gonzalo Adrián Rojas**

**UFCG**

Brasília, DF  
04 a 07 de agosto de 2014

## **A crítica da razão populista: Bonapartismo e democracia nos governos “pós-neoliberais” latino-americanos?**

**Gonzalo Adrián Rojas (UFCG)**

### **Resumo do trabalho:**

O objetivo deste trabalho é realizar um debate no campo da teoria política que permita uma análise dos processos políticos latino-americanos focando em conceitos como populismo, bonapartismo e democracia. Os governos de quatro países durante o período denominado "pós-neoliberal" serviram de exemplo: Argentina nas presidências dos Kirchner, Brasil na de Lula, Bolívia na de Morales e Venezuela na de Chávez. Isto tem relevância em dois sentidos: em termos teóricos permite uma adequada conceptualização, na medida que esses conceitos ao ser utilizados de forma geral perdem valor explicativo e em termos de análise político e política comparada já que permite caracterizar melhor estes governos e com uma adequada conceptualização aprofundamos o entendimento destes processos políticos, marcando rupturas e continuidades em relação ao período anterior nos países e comparando entre eles. Nesta perspectiva os conceitos entregam elementos para entender as relações entre classes, frações de classes, governo e Estado que caracterizam de forma específica cada um destes governos e suas inter-relações no cenário global. Problematizaremos conceptualizações no campo da ciência política e utilizaremos hipóteses para caracterizar estes governos.

**Palavras-chave:** Populismo, Bonapartismo, democracia, Estado, crises, governos "pós-neoliberais".

## Introdução

Este trabalho faz parte de uma pesquisa em andamento sobre os governos “pós-neoliberais” na América Latina e se bem em particular corresponde fundamentalmente a parte teórica da mesma tem consequências na análise dos processos políticos estudados, já que pretende a partir desta discussão melhorar as hipóteses sobre a caracterização destes. A “nova” situação política na América Latina, que leva já mais de uma década, se deve a diversos conflitos que o próprio modelo neoliberal gerou e iniciou indagações e debates sobre o caráter desses governos, sendo que sua emergência ocorre em uma conjuntura de crises econômicas e políticas. Os governos de quatro países durante o período denominado "pós-neoliberal" serviram como exemplos: Argentina nas presidências dos Kirchner, Brasil na de Lula, Bolívia na de Morales e Venezuela na de Chávez. O objetivo geral deste trabalho é realizar um debate no campo da teoria política que permita uma melhor análise dos processos políticos focando em conceitos como populismo, bonapartismo e democracia. Mencionaremos de forma genérica alguns dos limites nas conceptualizações sobre populismo no campo da ciência política hegemônica e abordaremos os limites explicativos de abordagens considerados alternativos como a reconceptualização de Laclau. A partir de nossa interpretação do XVIII Brumario de Luis Bonaparte de Marx e a diferenciação gramsciana entre bonapartismo e cesarismo problematizaremos as abordagens de Poulantzas e Losurdo sobre o conceito, tentando entender seu valor explicativo quando são utilizados na análise dos processos políticos em relação a nosso objeto de estudo. A democracia, entendida como um regime político democrático-liberal, mais o menos extensa em função da cristalização institucional das relações de força entre classes e frações de classes que se expressa no regime político de cada país, será interpretada em este trabalho em relação aos conceitos de populismo e bonapartismo. Isto tem relevância em dois sentidos: em termos teóricos permite uma adequada conceptualização, na medida que esses conceitos ao ser utilizados de forma general perdem valor explicativo e em termos de análise político tanto no interior dos países e como campo política comparada segundo Chilcote. Caracterizando melhor estes governos e com uma adequada conceptualização aprofundamos o entendimento destes processos políticos, podendo marcar rupturas e continuidades, em relação ao período anterior em cada país, comparando e melhorando nossas hipóteses. Nesta perspectiva os conceitos estudados entregam elementos para entender as relações entre classes, frações de classes, governo

e Estado que caracterizam de forma específica cada um destes governos em suas formações econômico-sociais e suas inter-relações no cenário global. A metodologia utilizada será qualitativa e o método será comparativo e incluirá a análise de casos. É um trabalho que gera hipóteses sobre essa série de casos, entendendo que desta maneira pode-se contribuir para a construção de teoria na ciência política. O objetivo de enfocar nossa análise em uma amostra pequena de casos é para aprofundar as análises.

### **Bonapartismo e cesarismo**

Para Karl Marx no XVIII Brumário é muito importante explicar o processo de crise política que leva ao surgimento do Bonapartismo. Conceitualmente consideramos chave a separação analítica entre o econômico, o político e o social, mas sempre considerada no marco de uma totalidade. Articulando nas análises interesses materiais e conflitos; classes e frações de classes e a representação de interesses no plano político.

É importante realizar a comparação entre a situação política em esse período histórico e as realidades dos países latino-americanos estudados. A república parlamentar era muito mais que o campo neutro no qual as duas principais frações burguesas francesa, orleanistas e legitimistas, a grande propriedade territorial moderna, os latifundiários e a indústria poderiam conviver com igualdade de direitos. Isso era a condição para seu domínio inevitável em comum, era uma forma de governo na qual seu interesse geral de classe, podia somar as reivindicações das demais frações da burguesia e as das outras classes da sociedade.

A política é o terreno onde os interesses da burguesia em geral podem 'se-unificar' e impor seu domínio ao resto das classes na sociedade. As classes podem ser visualizadas desde esta perspectiva, como mínimo em dois níveis. Um primeiro nível é a classe, quando Marx faz referência ao interesse de classe em geral, que não é o interesse de nenhuma fração da burguesia em particular senão o da burguesia em geral.

A república parlamentar serviu de fusão dando lugar a este interesse geral da burguesia. A expressão de seus interesses exclusivos de fração deviam se tornar expressão de seu interesse de classe comum.

Quando a tentativa de fusão fracassa, destruirá também sua fusão parlamentar, a forma de governo republicana e fragmentará aos membros do partido da ordem, voltando a seus originários, os quais pela sua vez também subdividem-se.

Este processo explode com os conflitos sobre a Reforma Constitucional, que tem como consequência o conflito Constituição/Parlamento, o que questionará a viabilidade histórica do partido da ordem. O partido da ordem dentro do Parlamento nos mostra também o conflito entre a burguesia e os representantes da burguesia, a crise política.

O bonapartismo, é um conceito que citado mais acima e que é definido como uma aliança de frações de classe na qual aparece como unidade nacional e uma estabilidade política sustentada pelo exército, por esse motivo muitas vezes Chávez é apontado como Bonapartista. Antônio Gramsci diferencia bonapartismo de cesarismo, podendo em algum caso ser este último “progressivo” para o comunista italiano. Marx mostra como o fenômeno do bonapartismo aparece aparentemente como por fora dos interesses das classes e frações de classes em luta num período de crise política, mas igualmente garante a dominação burguesa. O bonapartismo é definido como uma aliança de frações de classe que aparece como unidade nacional sustentada pelo exército, por esse motivo muitas vezes Chávez é apontado como Bonapartista. Igualmente, segundo nossa hipótese, não estaríamos frente a um governo bonapartista ou cesarista, senão frente ao processo de formação de uma burguesia de estado que se articula com uma nova fração da burguesia que denominaremos bolivariana comercial importadora e que conformam uma aliança que hegemoniza um bloco no poder que pela sua vez continua sendo rentista petroleiro e que não questiona essencialmente a divisão internacional do trabalho construída pelo imperialismo, mas apresenta elementos nacionalistas e anti-imperialistas no discurso.

### **Giro hegemônico e populismo:**

Os debates surgidos a partir da noção de *giro hegemônico* realizam uma reconceitualização de hegemônios textos de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Slavoj Žižek. Em geral os dois primeiros principalmente problematizam um conceito de hegemonia ancorado no material como o utilizado por Antonio Gramsci nos seus *Cadernos do Cárcere*, para quem o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se levem em conta os interesses e as tendências sobre os quais se exerce a hegemonia, que dizer, que o grupo dirigente faça concessões de tipo econômico corporativo, sendo que esses compromissos não podem concernir ao essencial, já que se bem a hegemonia e ético-político não pode deixar de ser também econômica, então, não pode deixar de estar apoiada na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo reitor da atividade econômica.

Os autores do *giro hegemônico* (Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Judith Butler)<sup>1</sup> tem destacado que a importância de movimentos sociais está na novidade que os mesmos apresentam, já que através deles se articularia uma rápida difusão da conflictualidade social a relações mais e mais numerosas, que seria a característica das sociedades industriais avançadas. Seria necessário, portanto, conceber estes movimentos como uma extensão da revolução democrática a toda uma nova série de relações sociais; e sua novidade seria resultado do questionamento das novas formas de subordinação (Cf. LACLAU e MOUFFE, 1987)

Uma das consequências deste processo de reelaboração teórica tem sido que o conceito de classe, outrora o conceito mais importante no discurso da esquerda, parece nos anos recentes ter sido deslocado por um conjunto de novos conceitos que tentam dar conta do processo de transformação social pelo qual tem passado o capitalismo. Como afirma Therborn, as classes persistem, mas sem uma morada segura, e sua própria existência tem sido colocada em questão. Sua aparência social tornou-se irreconhecível depois de passar pela crítica da política pura, como na filosofia política da hegemonia discursiva desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, uma das mais importantes contribuições intelectuais da teoria política pós-marxista. Nesta nova perspectiva o conceito de luta de classes tem sido substituído pelo de antagonismo, um conceito puramente político (Therborn, 2007: 87). Temos um deslocamento conceitual muito relevante.

Os autores do *giro hegemônico* têm procurado fundamentos analíticos para pensar as possibilidades de uma teórica e de uma prática política radical no mundo contemporâneo, o que implica necessariamente problematizar a questão da emancipação social no capitalismo atual. Embora que sumamente polêmicas para a tradição marxista, as proposições colocadas pelos autores, apresentam uma série de desafios teóricos para pensar o problema da emancipação. Analisaremos, portanto, alguns dos elementos teóricos inovadores presentes na obra fundante desta perspectiva: *Hegemonia e estratégia socialista*.<sup>2</sup>

Um primeiro elemento é o questionamento de determinados pressupostos fundamentais da tradição marxista. Para Laclau e Mouffe (1987: 2), as novas formas que adotou o conflito social no mundo contemporâneo colocaram em questão as referências

---

<sup>1</sup> Incluiremos nesta seção também algumas ideias e críticas do pensador eslovaco Slavoj Žižek, quem protagonizou uma intensa polêmica com os autores desta corrente. Ver Butler, Laclau e Žižek, 2011.

<sup>2</sup> Retomamos neste ponto o argumento de Critchley e Marchart, 2008.

políticas e teóricas correspondentes aos discursos clássicos da esquerda e suas formas características de conceber os sujeitos políticos da mudança e a estruturação dos espaços políticos.

Como afirmam os autores: “O que está atualmente em crise é toda uma concepção do socialismo fundada na centralidade ontológica da classe operária, na afirmação *da* Revolução como momento fundacional na passagem de um tipo de sociedade a outra, e na ilusão da possibilidade de uma vontade coletiva perfeitamente homogênea que tornaria inútil o momento da política. O caráter plural e multifacetado que apresentam as lutas sociais contemporâneas tem terminado por dissolver o fundamento último no qual se baseava este imaginário político, habitado por sujeitos ‘universais’ e constituído em torno de uma História concebida em singular: isto é, o pressuposto de ‘a sociedade’ como uma estrutura inteligível, que pode ser compreendida e dominada intelectualmente a partir de certas posições de classe e reconstituída como ordem racional e transparente a partir de um ato fundacional de caráter político. Em outras palavras, a esquerda está assistindo ao ato final da dissolução do imaginário jacobino” (Laclau e Mouffe, 1987: 2).

Para chegar a estas conclusões, Laclau e Mouffe partem da construção de uma genealogia do conceito de hegemonia na sua tentativa de criticar os supostos deterministas das versões mais tradicionais do marxismo, por exemplo, o marxismo da Segunda Internacional. A categoria de hegemonia permitiria dismantelar a dicotomia entre “base” econômica e “superestrutura” política e ideológica, na qual a “superestrutura” estaria, ainda que em última instância, determinada pela “base” (Cf. Critchley e Marchart, 2008: 17). Para realizar a crítica da ortodoxia marxista, os autores, recuperaram o pensamento de Gramsci, no entanto buscando radicalizar o conceito de hegemonia de forma de superar em seu entendimento, algumas das ambiguidades também presentes no pensador sardo.

Segundo os autores: “O pensamento de Gramsci parece confrontado com uma ambiguidade básica em torno ao status da classe operária que o conduz, finalmente, a uma posição contraditória: por uma parte a centralidade política da classe operária depende da sua saída fora de si, da transformação da sua própria identidade articulando à mesma uma pluralidade de lutas e reivindicações democráticas – tem, portanto, um caráter histórico-contingente -; mas, por outra parte, parece que esse papel articulador estivera assignado pela infraestrutura – com o que passaria a ter um caráter necessário” (Laclau e Mouffe, 1987: 82).

Em nossa interpretação a partir da concepção que Gramsci tem sobre os partidos políticos, entendemos que o moderno príncipe, não é qualquer partido político, senão o partido político da classe operaria moderno, é o intelectual coletivo que deve construir uma nova vontade coletiva nacional popular sendo sua função complexa, diretiva e organizativa, mas também propagandística cultural e educativa. O príncipe moderno pretende e está racionalmente e historicamente destinado, a um fim, construir contra hegemonia e fundar um novo tipo de Estado (Amadeo e Rojas, 2010:11).

O partido político, segundo Gramsci, é um organismo, determinado historicamente, é a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais.

É importante destacar que para Gramsci, cada partido é expressão de um grupo social, e só de um grupo social, em determinadas ocasiões, determinados partidos representam um grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e arbitragem entre os interesses de seu grupo e dos outros grupos e na medida em que procuram fazer que o desenvolvimento do grupo representado se processe com o consentimento e com ajuda dos grupos aliados e muitas vezes dos grupos decididamente inimigos. Existe uma relação entre partidos políticos, classes e frações de classes para o comunista italiano.

O pensamento de Gramsci introduz, para Laclau e Mouffe, a partir de sua concepção de hegemonia uma novidade radical se comparado com as diversas tendências do marxismo clássico da Segunda Internacional. Autores importantes da Segunda Internacional, como Kautsky por exemplo, partiram nas suas análises da ideia de que as leis do desenvolvimento capitalista simplificariam os antagonismos sociais e criariam as condições para uma coincidência objetiva entre os interesses da classe e sua representação política nos partidos socialistas. A teoria gramsciana da hegemonia, afirmam os autores, aceitaria a complexidade do social como premissa da luta política a traves de uma série de deslocamento que realiza com relação à “doutrina de classes” leninista e coloca os pressupostos para uma prática democrática da política compatível com uma pluralidade de sujeitos históricos (Cf. Laclau e Mouffe, 1987: 83)

Nossa interpretação é diferente. Gramsci tem ante si uma experiência historicamente nova e sobre ela reflexiona a partir dos elementos da teoria marxista e do leninismo, produzindo novos aportes teóricos que permitem, além disso compreender a realidade e atuar sobre ela criadoramente para transformá-la.

Um segundo elemento colocado pelo livro de Laclau e Mouffe é a tese do político como primário e constitutivo do social, nenhum setor social poderia reclamar uma posição privilegiada na sociedade.<sup>3</sup> Como consequência dessa tese a “classe” como sujeito político perderia seu privilégio ontológico. Como alternativa, Laclau e Mouffe, vão a colocar a questão da existência de uma série potencialmente interminável de atores sociais que constroem suas identidades sociais em torno de noções como raça, etnia, gênero ou identidade sexual. Como afirmam Critchley e Marchart, vários autores têm chamado a atenção sobre a importância dos novos movimentos sociais na política contemporânea, no caso de *Hegemonia e estratégia socialista*, a análise Laclau e Mouffe têm se centrado nas consequências desta aparição para o projeto político da esquerda. A partir desta nova configuração política o que surge como problema é a necessidade de uma articulação comum, numa perspectiva emancipadora, de todos esses movimentos sem cair em nenhum tipo de privilégio ontológico (Critchley e Marchart, 2008: 18).

Para Laclau e Mouffe, do ponto de vista teórico, é fundamental avançar na determinação dos antagonismos sociais tendo como ponto de partida a pluralidade das diversas posições, em muitos casos estas posições podem ser inclusive contraditórias entre si, e abandonar a ideia de um agente perfeitamente unificado e homogêneo como a classe operária. Isso não implica, para os autores, a incompatibilidade entre classe operária e o socialismo, porém não seria possível “deduzir logicamente interesses fundamentais no socialismo a partir de determinadas posições no processo econômico” (Laclau e Mouffe, 1987: 100).

Duas consequências importantes aparecem como resultado da tese do político como constitutivo do social. A primeira se refere ao vínculo existente entre socialismo e agentes sociais concretos. Para os autores não existiria relação lógica ou necessária entre os objetivos socialistas e as posições dos agentes nas relações de produção, a articulação entre ambos seria externa e contingente. Em outras palavras, a articulação deve ser vista como resultado de uma construção hegemônica. Segundo os autores: “A era dos ‘sujeitos privilegiados’ – no sentido ontológico, não prático – da luta anticapitalista tem sido definitivamente superada” (Laclau e Mouffe, 1987: 103). A segunda se refere a natureza dos “novos” movimentos sociais, seria também impossível, e logicamente equivocado, afirmar *a priori* seu caráter progressivo. O significado

---

<sup>3</sup> Retomamos neste ponto o argumento de Critchley e Marchart, 2008.

político dos movimentos sociais não é intrínseco aos próprios movimentos, depende fundamentalmente de sua articulação hegemônica com outras lutas e reivindicações. A articulação política dos diferentes sujeitos sociais deve passar pela construção do projeto de uma democracia radicalizada, como retomaremos a seguir (Cf. Laclau e Mouffe, 1987: 103-104)

Um terceiro elemento fundamental de *Hegemonia e estratégia socialista* foi a incorporação do “giro discursivo” às análises das ciências sociais. Como afirmam Critchley e Marchart (2008: 18), quando a identidade deixa de ter seu ponto de constituição na estrutura social, esta só poderá ser resultado de uma construção discursiva, ou para utilizar o conceito empregado por Laclau e Mouffe de uma “articulação discursiva”.

Laclau e Mouffe definem *articulação* como “toda prática que estabelece uma relação entre elementos, de modo que a identidade destes resulta modificada como consequência dessa prática. À totalidade estruturada resultante da prática articulatória a chamaremos *discurso*” (Laclau e Mouffe, 1987: 119, *ênfase no original*).

Esta análise do político do ponto de vista discursivo implica entender alguns dos pressupostos básicos implícitos numa teoria do discurso. Em primeiro lugar, o fato de que todo objeto se constitua como objeto do discurso está desvinculado da questão da existência de um mundo exterior ao pensamento. O que os autores recusam é a ideia que os objetos possam se constituir como tais fora de uma condição discursiva de emergência. Em segundo lugar, Laclau e Mouffe sustentam o caráter material de toda estrutura discursiva; o contrário implicariam aceitar uma dicotomia clássica, a existente entre um campo objetivo constituído independentemente de toda intervenção discursiva e um “discurso” consistente na pura expressão do pensamento (Cf. Laclau e Mouffe, 1987: 123.).

*Hegemonia e estratégia socialista* apresenta elementos importantes para a análise da política em termos discursivos, neste sentido um dos conceitos que aparecem como centrais na construção da estrutura do argumento dos autores, junto com o conceito de hegemonia, será o de *antagonismo* (Cf. Critchley e Marchart, 2008: 19-20)

Para Laclau e Mouffe o antagonismo não uma relação objetiva é uma relação na qual são expostos os limites de toda objetividade. Se, como afirmam os autores, o social só existe como uma tentativa parcial para instituir a sociedade – entendida como uma um sistema objetivo e fechado de diferenças – o antagonismo será a experiência do limite do social (Cf. Laclau e Mouffe, 1987: 145-6)

O antagonismo, como afirmam Critchley e Marchart (2008: 19-20), expressaria o processo pelo qual o social, isto é, o campo das diferenças discursivas, e “homogeneizado numa cadeia de equivalência que operara frente a um exterior puramente negativo”.

Segundo o cientista político Atilio Boron, que polemiza com Laclau, a ideia de invenção de novos atores sociais, criaturas de potentes discursos convertidos em construtores hegelianos da história, fascinou certos círculos intelectuais de Europa e de América Latina (Boron: 1994: 226)

*Um quarto elemento estaria referido às consequências políticas desta proposta teórica.* No capítulo final de *Hegemonia e estratégia socialista*, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe defendem que a tese de que deve ser colocada em questão a continuidade entre o imaginário político jacobino<sup>4</sup> e o projeto marxista, e vão propor o projeto de *uma democracia radicalizada*. Os autores rejeitam a ideia que existam pontos privilegiados de ruptura e de confluência das lutas num espaço político unificado, e sustentam, contrariamente, a pluralidade e a indeterminação do social, como bases a partir do qual construir um novo imaginário político radicalmente libertário e infinitamente mais ambicioso nos seus objetivos que a esquerda clássica (Cf. Laclau e Mouffe, 1987: 170)

Como afirmam os autores, “A problemática teórica que temos apresentado exclui no só a concentração da conflitualidade social em agentes aprioristicamente privilegiados, como o seriam as classes sociais, mas também a referência a todo princípio ou substrato geral de tipo antropológico que, ao mesmo tempo unificaria as distintas posições do sujeito e assignaria à resistência contra diversas formas de subordinação um caráter inevitável” (Laclau e Mouffe, 1987: 171).

O problema central que colocam os autores é o seguinte: quais são as condições discursivas da emergência de uma ação coletiva orientada pela luta contra as desigualdades e que coloque em questão as relações de subordinação? Para isto vão estabelecer uma diferença entre *subordinação*, *opressão* e *dominação*. As relações de subordinação são aquelas em um agente está submetido a decisões de outro. As relações de opressão são, por sua vez, as relações de subordinação que tem se transformado em marcos de antagonismos. Por último, as relações de dominação são definidas como o

---

<sup>4</sup> “O importante, em todo caso, é que esta mudança no princípio político da divisão social que o marxismo introduz, conserva inalterado um componente essencial do pensamento jacobino: a postulação de *um* momento fundacional de ruptura, e de um espaço *único* de constituição do político (Laclau e Mouffe, 1987: 170, *ênfase no original*).

conjunto de relações de subordinação que são consideradas como ilegítimas a partir de um agente social exterior às mesmas. A questão, como consequência, seria explicar como a partir das relações de subordinação se constituem relações de opressão. Sem a existência de um “exterior” discursivo, a partir do qual o discurso da subordinação possa ser interrompido, não existiria relação de opressão (Cf. Laclau e Mouffe, 1987: 172-173)

Para os autores é só no momento no qual o discurso democrático esteja disponível, para articular as diversas formas de resistência, que existirão as condições para a luta contra os diferentes tipos de desigualdade.<sup>5</sup> Para poder ser mobilizado era necessário que o princípio democrático de liberdade e igualdade tivesse se constituído como nova matriz do imaginário social. “Esta mutação decisiva no imaginário político das sociedades ocidentais ocorreu faz duzentos anos e pode ser definida nos seguintes termos: a lógica da equivalência se transforma no instrumento fundamental de produção do social. É para designar esta mutação que, tomando uma expressão de Tocqueville, falaremos de ‘revolução democrática’” (Laclau e Mouffe, 1987: 173).

O momento chave da revolução democrática foi a Revolução francesa, nesse momento surge um novo imaginário social, uma nova legitimidade, se consolidando desta forma a primeira experiência democrática. Isso constituirá, para Laclau e Mouffe, a força subversiva profunda do discurso democrático, que possibilitará deslocar a liberdade e a igualdade para domínios cada vez mais amplos e servirá de fermento a diversas lutas contra a subordinação.

A rejeição da categoria de sujeito como entidade unitária, por sua vez, coloca a possibilidade do reconhecimento da especificidade dos antagonismos constituídos a partir de diferentes posições de sujeito e permitindo pensar no aprofundamento de uma concepção pluralista e democrática. Para Laclau e Mouffe, “o discurso da democracia radicalizada não é mais o discurso do universal; não existe mais o lugar epistemológico a partir do qual se expressavam as classes e os sujeitos universais, e ele tem sido substituído por uma polifonia de vozes, cada uma das quais constrói sua própria e irreduzível identidade discursiva. Este ponto é decisivo: não há democracia radicalizada e plural sem uma renúncia ao discurso do universal e ao suposto implícito no mesmo – a existência de um ponto privilegiado de acesso ‘à verdade’ que seria acessível tão só para

---

<sup>5</sup> No caso do feminismo, o livro *Vindication of the Rights of Women* (1792), de Mary Wollstonecraft, determinaria o nascimento do feminismo, pelo deslizamento, mediando o uso do discurso democrático, do campo da igualdade política entre cidadãos ao campo da igualdade entre sexos (Laclau e Mouffe, 1987: 173).

um número limitado de sujeitos. Em termos políticos isto significa que, assim como não há superfícies privilegiadas *a priori* para a emergência de antagonismos, também não há regiões discursivas que o programa de uma democracia radical deva excluir *a priori* como possíveis esferas da luta” (Laclau e Mouffe, 1987: 215-216).

Para os autores todo projeto de democracia radicalizada deve incluir uma dimensão socialista, mas recusando a ideia que a abolição das relações de produção capitalistas elimine necessariamente as outras desigualdades. Como consequência “a autonomia dos distintos discursos e lutas, a multiplicação dos antagonismos e a construção de uma pluralidade de espaços” seriam as condições de possibilidade para um processo de transformação social radical (Laclau e Mouffe, 1987: 216).

Nas publicações posteriores a *Hegemonia e estratégia socialista*, Laclau e Mouffe continuaram desenvolvendo, ainda que com ênfases diferentes, os argumentos colocados nesta obra.<sup>6</sup>

*Contingencia, hegemonia e universalidade* é outra obra importante na discussão dos conceitos centrais do giro hegemônico. Como afirmam os autores o texto é resultado de uma série de conversações, várias resenhas e diálogos diversos; no caso de Žižek e Laclau de uma colaboração que tem início na publicação de *Hegemonia e estratégia socialista*. Fazendo uma análise retrospectivo, os autores consideram que, esse livro representou para o marxismo um giro em direção da teoria pós-estruturalista, um giro que colocou o tema da linguagem como fundamental para a formulação de um projeto democrático radical (Cf. BUTLER, LACLAU e ZIZEK, 2011: 9)

Laclau acredita que existe um processo reelaboração no marxismo no sentido de uma mudança que vai da postulação de uma classe universal para uma universalidade hegemônica que transformaria o político em constitutivo do vínculo social. Žižek enfatiza a importância de que a análise pós-moderna da linguagem e da cultura examine a forma global do capitalismo atual e continua expondo o revés obscuro do poder. Butler, por sua vez, coloca a questão de como os movimentos sociais rearticulam o problema da hegemonia, considerando o desafio que as políticas sexuais têm colocado para a teoria da diferença sexual e propõe uma concepção anti-imperialista da tradução. Tanto Laclau, como Žižek e Butler, estão comprometidos com formas radicais de democracia, na expressão dos próprios autores, que buscam compreender “os processos de representação pelos quais procede a articulação política, o problema de identificação

---

<sup>6</sup>Sobre estes desenvolvimentos ver Critchley e Marchart, 2008.

– e seus fracassos necessários – pela qual a mobilização política acontece” (Cf. BUTLER, LACLAU e ZIZEK, 2011: 11)

Para Laclau o conceito de hegemonia é central para pensar a possibilidades emancipatórias na sociedade contemporânea, ele funciona como uma matriz exemplar da relação entre universalidade e contingência histórica. Para o autor, a categoria de hegemonia definiria o terreno mesmo no qual uma relação política é constituída, mas isso implica entender a especificidade da lógica hegemônica (Cf. BUTLER, LACLAU e ZIZEK, 2011)

Uma primeira dimensão da relação hegemônica: a desigualdade de poder é constitutiva dela. A partir de uma distribuição desigual de poder, a reivindicação de um setor social para ocupar o governo dependerá da sua capacidade para apresentar seus próprios objetivos particulares como aqueles compatíveis com o efetivo funcionamento da comunidade – operação hegemônica. Uma segunda dimensão: há hegemonia só se a dicotomia universalidade/particularidade é superada; a universalidade só existe encarnada em alguma particularidade, porém o inverso também é verdadeiro, nenhuma particularidade pode devir política sem se converter no *locus* de efeitos universalizantes. Uma terceira dimensão: a relação hegemônica requer a produção de significantes tendencialmente vazios que, ao tempo que mantém a incomensurabilidade entre o universal e os particulares, permitem a estes últimos assumir a representação do primeiro.<sup>7</sup> A representação, portanto, é constitutiva da relação hegemônica; em tanto a universalidade da comunidade só é alcançável a través da mediação de uma particularidade, as relações de representação devem constitutiva. Uma quarta dimensão: o espaço no qual a hegemonia se expande é o da generalização das relações de representação como condição de constituição de uma ordem social. Isso explicaria, no argumento de Laclau, por que a forma hegemônica da política tende a se tornar geral no mundo contemporâneo; como o descentramento das estruturas de poder tenderia a aumentar, qualquer centralidade requereria que seus agentes estiveram constitutivamente sobredeterminados, isto é que sempre representassem *algo a mais* que sua mera identidade particularista (Cf. BUTLER, LACLAU e ZIZEK, 2011: 62-65)

Para Laclau, a política implica a criação de fronteiras políticas, porém a criação desta fronteira é mais difícil quando não é possível se apoiar em entidades estáveis – como nas classes sociais do discurso marxista – é necessário, portanto, construir as

---

<sup>7</sup> Sobre a questão da representação dentro da lógica hegemônica ver Laclau, 2007.

mesmas entidades sociais que devem ser emancipadas. A tarefa da emancipação social passa por criar um discurso universal expansivo a partir da proliferação de particularismos das últimas décadas. Existe uma dimensão universal nos discursos que organizam as demandas particulares e as políticas orientadas à resolução de temáticas particulares, mas é uma universalidade implícita e não desenvolvida. A tarefa, continua o autor, é expandir esses germes de universalidade, de modo de alcançar um imaginário social inteiro, capaz de disputar o consenso neoliberal hegemônico das últimas décadas (Cf. BUTLER, LACLAU e ZIZEK, 2011: 305)

Como afirma Žižek, a narrativa de Laclau vai do essencialismo marxista – o proletariado como único sujeito histórico cuja missão revolucionária está inscrita no seu próprio ser social – até o reconhecimento “pós-moderno” do vínculo contingente entre sujeito social e suas tarefas na luta política. Uma vez reconhecida esta contingência é necessário aceitar que não existe relação natural ou direta entre a posição de classe de uma agente e suas tarefas na luta política. No entanto, se por uma parte esta narrativa de esquerda pós-moderna convencional da passagem desde o marxismo “essencialista” até a irreduzível pluralidade de lutas pós-modernas descreve sem dúvidas um processo histórico real, os defensores destas teses, pelo geral, omitem uma tendência à aceitação do capitalismo como única alternativa, e a rejeição de toda tentativa real de superar o regime capitalista liberal existente (Cf. BUTLER, LACLAU e ZIZEK, 2011: 101)

Na medida em que a política pós-moderna, continua Žižek, implica “um recuo teórico do problema da dominação no interior do capitalismo”, é nesse ponto, nessa suspensão silenciosa da análise da classe, que é possível encontrar um caso exemplar do mecanismo de deslocamento ideológico: quando o antagonismo de classe é repudiado, quando seu papel estruturante é suspenso, outros indicadores de diferença social podem passar a suportar um peso excessivo: de fato podem todo o peso do sofrimento produzido pelo capitalismo (Cf. TORFING, 1999: 36)

Para Žižek, a política pós-moderna teve o mérito de repolitizar uma série de lugares antes considerados “apolíticos” ou “privados”; no entanto esta perspectiva teórica parece não repolitizar o capitalismo, porque “a mesma noção e forma de ‘o político’ dentro da qual funciona estaria fundada na despolitização da economia” (Cf. BUTLER, LACLAU e ZIZEK, 2011: 105-106)

### **Questões teóricas gerais e hipótese:**

Pare elaborar nossas hipóteses vamos do plano teórico geral a trabalhar com conceitos menos abstratos que servem de mediação entre as questões gerais e os estudos de caso empíricos. Tentamos construir mediações. Com este intuito No plano teórico geral, serão tomadas como referência às teorias das classes e política de Poulantzas, entendendo as formações econômico-sociais latino-americanas em suas relações com a cadeia imperialista (Cf. Poulantzas 1976 e 1999). No nível comparativo, utilizar-se-á da teoria da economia política comparada (Cf. Chilcote: 1998). Esclarecemos que não se pretende fazer um análise economicista senão no campo da sociologia política.

A noção governos “pós-neoliberais”, não é uma categoria de análise e será usada como uma figura política, como uma noção flexível, que nos permita diferenciar Kirchner de Menem na Argentina, “Lula” de Cardoso no Brasil, Chávez de Pérez na Venezuela, Morales de Sánchez de Losada na Bolívia, Bachelet de Pinochet no Chile, Correa de Bucaram no Equador e Vázquez de Sanguinetti no Uruguai. Ao formulá-lo como uma pergunta, isso exclui considerar *a priori* que esses governos tenham deixado de ser neoliberais, senão que, por diferentes razões, tendo esgotado em grande medida a “legitimidade democrática tradicional” dessas políticas, devem realizar algumas mudanças nos planos: econômico, político e social e adaptar-se discursivamente, em diferente medida, a uma prédica em termos ideológicos de tom “pós-neoliberal”. Esta noção é preferível, na falta de um conceito melhor, que as de “progressistas” ou “centro-esquerdistas” usados também para caracterizar estes governos (Cf. Elías: 2006, Katz: 2006 e Borón: 2006)

As burguesias dos países latino-americanos, apenas podem ser analisadas no contexto da internacionalização das relações capitalistas, considerando América Latina como um campo específico de estudo. Neste marco, buscar-se-á entender a questão dos governos “pós-neoliberais” na região, considerando suas respectivas formações econômico-sociais.

Os principais conceitos teóricos poulantzianos utilizados serão fração de classe e bloco no poder, os quais permitem analisar as articulações das burguesias internacionais e nacionais com os governos “pós-neoliberais”. Parte-se do suposto que a burguesia não é uma classe homogênea, que tem divisões estáveis que serão denominadas frações e que o bloco no poder é a articulação das frações de classes dominantes sob a hegemonia de uma destas.

As frações burguesas serão conceitualizadas como: a) burguesia compradora, que é a fração da burguesia mais internacionalizada e vinculada aos interesses

imperialistas e que atua como uma simples intermediária do capital estrangeiro; b) burguesia nacional, que é uma fração da burguesia com base na formação econômico-social do seu próprio país, que a partir de certo grau e tipo de contradição com o capital estrangeiro ocupa um lugar relativamente autônomo deste na estrutura e na superestrutura ideológica e política, o que gera como efeitos políticos uma posição anti-imperialista e/ou populista; c) burguesia interna, a qual convive com a burguesia compradora e não possui as características estruturais da burguesia nacional, depende do processo de divisão internacional do trabalho dominado pelo capital internacional, mas acumula no interior formação econômico-social de seu país, existem contradições com o capital norte-americano sem poder ser autônomo deste, tenta exercer seus efeitos sobre os aparatos de Estado em suas relações com o mencionado capital; d) burguesia de Estado<sup>8</sup>, que tem a particularidade de nascer no terreno político antes de constituir-se no econômico. Emerge em uma defasagem entre ambos os níveis, de maneira inversa à formação histórica autônoma do resto das frações da burguesia. Como pode cobrir todos os momentos do ciclo geral do capital social, distingue-se conceitualmente da pequena-burguesia do setor público e da burocracia estatal (Cf. Mutti e Segatti, 1979)

A hipótese central deste projeto é que na América Latina existem três blocos de governos “pós-neoliberais”, cujas diferenças consistem em qual é a fração de classe fortalecida no interior do bloco no poder nos governos estudados. Nos blocos a) e b) entendemos que existe uma ilusão desenvolvimentista. Procuraremos analisar que tem de desenvolvimentistas estas propostas e si existem por parte de estes governos propostas de desenvolvimento alternativas. Portanto, dividiremos os países estudados em três grupos e formularemos três hipóteses secundárias:

a) a primeira hipótese secundária é que o Brasil e a Argentina, países historicamente mais industrializados, apresentam um bloco no poder no qual a fração da grande burguesia interna melhorou sua posição relativa no interior deste, mas não conquistou a hegemonia, dado que até o momento essa continua sendo do grande capital financeiro nacional e internacional. Este fortalecimento da burguesia interna permite uma transformação no interior do modelo, nas relações de força entre as frações de classe, mais que uma mudança do próprio modelo.

---

<sup>8</sup>Apesar de ser um conceito polemico será utilizado de forma hipotética, no entanto, até o momento é o melhor que explica a articulação entre a fração de classe e Estado nos governos “pós-neoliberais” da região Andina, principalmente Venezuela e em menor escala Bolívia e Equador.

Na política externa regional, ambos os países, participam não sem conflitos entre eles, do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) opondo-se ao Acordo de Livre Comércio para as Américas (ALCA) e tendo uma relação controversa frente à Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). Paralelamente, no plano social, em distinção das propostas políticas neoliberais ortodoxas, aplicam-se políticas compensatórias, ativas em matéria social. Existe uma mudança nas políticas públicas, procuraremos verificar se são o não são políticas estruturantes. No caso brasileiro, estas políticas publicas compensatórias, priorizam os setores populares desorganizados sobre os organizados, aos quais se tenta esboroar benefícios, como foi o caso da reforma previdenciária do governo de Lula. No caso argentino, o governo também realiza políticas sociais ativas, mas o Estado usa mecanismos de cooptação das organizações de desempregados, privilegiando aquelas que estão em conformidade com as políticas governamentais frente às opositoras, as quais são “sancionadas” com a retirada do controle dos planos sociais e sua criminalização. No caso Argentino os movimentos estudados em relação aos governos serão: o movimento das empresas recuperadas e o movimento de trabalhadores desempregados. No caso Brasileiro o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas)

b) a segunda hipótese secundária é que Venezuela e Bolívia, países com um baixo desenvolvimento capitalista e uma riqueza baseada nos recursos naturais, petróleo e gás, assistem a uma tentativa de formação de uma nova fração dominante no bloco no poder, que denominaremos, na ausência de um conceito mais adequado, burguesia de Estado. No primeiro caso, emerge impulsionada por uma fração das Forças Armadas que tenta construir o movimento popular e, no segundo, tem como ponto de partida os movimentos sociais, fundamentalmente o camponês-indígena. Em ambos os países, observamos um processo de nacionalizações e de empoderamiento do Estado com o objetivo de obter um novo modelo produtivo, enquanto é promovida a “cidadanização” das massas populares. Na Bolívia serão estudados o movimento indígena-camponês (os cocaleiros) e o dos trabalhadores a Central Operaria Boliviana (COB). Em os dias países existe uma ilusão desenvolvimentista que será problematizada.

Na Venezuela se constrói uma força social de “cima para baixo”, em um contexto de ausência de importantes organizações sociais pré-existentes. Pretendemos problematizar a possibilidade de construir o movimento social desde o Estado. O governo Chávez é um emergente do “Caracazo” no marco do colapso do sistema político, institucionalmente democrático, bi-partidarista que funcionou com alternância

durante quarenta anos. Na Bolívia, ao contrário, a construção se realiza de “baixo para cima”, e os movimentos sociais conseguiram transferir sua força social ao plano político. É um caso no qual as tradições e as tradicionais comunidades “pré-capitalistas”, servem como base organizativa camponês-indígena no interior do neoliberalismo para tentar formar um novo bloco no poder. As políticas externas de ambos os países cristalizaram a formação da ALBA com um discurso antiimperialista; ao mesmo tempo em que adotam um conjunto de políticas sociais e cidadãs de inclusão social.

c) a terceira hipótese secundária é que no Chile, o setor hegemônico no bloco no poder é a burguesia compradora integrada ao imperialismo estadunidense. Haveria uma continuidade nas relações de força no interior do bloco no poder herdada do pinochetismo, no marco de uma economia complementar à dos Estados Unidos. Isso se articula com um Tratado de Livre Comércio bilateral baseado nas exportações de recursos naturais, nas quais, em troca de benefícios na venda de frutas, pescados, madeiras e minerais, se mantêm um nível de proteção tarifária menor ao de qualquer outro país sul-americano (Cf. Katz 2006). Este é o caso de maior aprofundamento e legitimidade das políticas neoliberais entre os países estudados. Os movimentos estudados serão de jovens urbanos e o “movimento mapuche”.

### **Nossas hipóteses frente à bibliografia.**

#### **Referências bibliográficas gerais e as interpretações da ciência política hegemônica.**

A bibliografia sobre os governos “pós-neoliberais” se limita a poucos estudos ou ensaios recentes e, em geral, compilações, que centram na relação dos movimentos sociais com os sistemas políticos na América Latina (Cf. Mirza: 2006); nas discussões sobre o caráter “progressista” ou não dos mesmos (Cf. Elías: 2006); heterogêneos trabalhos sobre a história recente da América Latina (Cf. Caetano: 2006) ou sobre as relações contemporâneas entre neoliberalismo e setores dominantes (Cf. Basualdo e Arceo: 2006) assim como tipologias para agrupar em blocos de poder as esquerdas contemporâneas (Cf. Petras: 2007). Outras pesquisas tomam aspectos parciais de temas gerais e, em síntese, a produção acadêmica é desigual entre os países. Todas são importantes contribuições, mas não têm como objeto o tema desta pesquisa.

Mirza tem como objetivo estudar a relação dos movimentos sociais com os sistemas políticos na América Latina. Articula o exame da ação social coletiva dos

principais movimentos sociais de sete países, com o paradigma neoinstitucionalista, tomando o conceito de institucionalização de Mainwaring e Scully para medir e comparar os sistemas de partidos (Cf. Mainwaring e Scully: 1995). As hipóteses centrais são que uma autonomia frágil ou ausente dos movimentos sociais os torna incapazes de ativar processos democráticos enraizados na sociedade civil, comprometendo sua legitimidade e credibilidade social; enquanto que, pelo contrário, a autonomia dos movimentos sociais com relação ao Estado e aos partidos políticos os habilita a gerar alternativas de construção democrática sobre novas bases. O autor, quando se refere aos movimentos sociais, aos partidos políticos e ao sistema político, utiliza a categoria conflito social de uma forma muito geral para delimitar controvérsias na distribuição de poder, recursos e disputa pelos rumos da democracia. Ao desconsiderar critérios como conflito de classe e de fração de classe, os conceitos se diluem, ficando o conflito restrito ao âmbito institucional, a sua relação com o sistema político. Esta abordagem, em nosso caso, nos impediria ver as articulações, com suas devidas mediações, entre frações de classe – bloco no poder – governos “pós-neoliberais”. Além disso, o conceito institucionalização, que Mainwaring e Scully tomam de Huntington, entendendo-o como o processo pelo quais as organizações e os procedimentos adquirem valor e estabilidade, central em comparações quantitativas, não permite realizar uma análise qualitativa como o pretendido aqui e descarta a articulação de organizações corporativas e movimentos sociais em uma frente no bloco no poder.

Elías reúne as reflexões de quinze intelectuais críticos e sindicalistas de oito países da América Latina, participantes de um encontro organizado pelo Plenário Intersindical Nacional – Convenção Nacional dos Trabalhadores (PIT-CNT) de Uruguai em agosto de 2005. O debate centrou em três eixos: a) a identificação e a análise das mudanças realizadas pelos novos governos; b) os impactos e as tendências dessas transformações e c) as perspectivas e agenda alternativa. O argumento dos organizadores, elaborado para o Uruguai, mas que foi utilizado para caracterizar a outros governos “pós-neoliberais”, é que estes governos seriam governos em disputa, em construção, que se encontram em uma situação fluida por sua própria composição social e ideológica. Para esta pesquisa, este é um tipo de reflexão que não permite caracterizar as frações de classe potencialmente em disputa no marco dos governos “pós-neoliberais”.

Caetano, por sua vez, agrupa onze trabalhos de quatorze pesquisadores de sete países latino-americanos que formam o Grupo de Trabalho (GT) sobre História recente

do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso) e está dividido em duas partes. A primeira refere-se aos *Processos* e centra-se em estudos de caso sobre os movimentos de protesto e transformação política na Venezuela, Argentina, Guatemala e Chile; enquanto que a segunda se remete à *Renovação de atores e agenda* e é mais heterogênea, já que aborda, entre outros temas, as mudanças da representação a partir do distanciamento entre a cidadania e as instituições nas democracias latino-americanas, as relações de classe na nova fase do neoliberalismo brasileiro e as novidades e continuidades no movimento de piqueteiros e trabalhadores ocupados na Argentina. Em seu conjunto, fornece um panorama útil e eclético da história recente da região e contém um trabalho de Boito Jr., no qual se investiga como o novo modelo econômico afetou as relações entre as classes e as frações de classe na sociedade brasileira, ressaltando que o neoliberalismo brasileiro entrou em uma nova fase, que corresponde a importantes ajustes nas relações de classes e de poder típicas do conjunto do período neoliberal. (Cf. Boito Jr. em Caetano 2006).

Basualdo e Arceo reúnem dez trabalhos de doze pesquisadores de cinco países latino-americanos e um francês que formam parte do GT sobre Setores dominantes de Clacso. Buscam entender as características e os limites do regime de acumulação de capital em que se apóia a fração hegemônica e os condicionantes que enfrentam a ação dos partidos políticos que ocupam o centro da cena política, os quais, não expressariam a hegemonia de um bloco alternativo, nem auxiliariam em sua estruturação. É uma perspectiva que privilegia o processo contemporâneo de formação dos setores dominantes no Brasil, Venezuela, Equador e Argentina. A primeira parte é mais geral, enquanto que a segunda, incorpora as análises dos países mencionados. A análise crítica destes estudos de caso é o mais relevante para nosso enfoque. A proposta de retomar as análises sobre as classes dominantes na América Latina, praticamente abandonadas nas últimas duas décadas, é um aporte em si mesmo, no entanto, encontram maiores dificuldades para explicar a defasagem entre economia e política.

Petras divide em quatro os blocos de poder na América Latina de acordo com os graus de oposição ou adequação aos interesses norte-americanos: a) a esquerda radical; b) a esquerda pragmática; c) os neoliberais pragmáticos e d) os neoliberais doutrinários. Este trabalho organiza uma classificação, mas ao não definir o que se entende como bloco de poder, que não é sinônimo de bloco no poder, coloca em um mesmo nível e de maneira simétrica governos, movimentos sociais e partidos políticos, mesclando-os em

uma mesma categoria, o que dificulta a caracterização das frações de classe no bloco no poder.

Na América Latina encontra-se um nítido contraste entre a crise de legitimidade das formas representativas das institucionalizações democráticas e a ampla legitimidade dos governos “pós-neoliberais”. Esta fragilidade institucional se manifesta em que nos últimos dez anos quatorze presidentes eleitos não concluíram seus mandatos, enquanto que, nas últimas eleições nacionais, os governantes pós-neoliberais triunfaram.

A conjuntura regional está atravessada pela reconfiguração do atual poder político no interior dos espaços nacionais, pelo surgimento de “novos” atores sociais heterogêneos que interagem com os “velhos”, por alterações nas relações das frações de classe no bloco no poder, por mudanças institucionais e extra-institucionais e pela articulação de identidades culturais que começaram a expressar-se politicamente.

Nos casos brasileiro e boliviano, por exemplo, desde o plano dos setores subordinados, é a primeira vez que alguém que não formou parte das elites chega à presidência. É importante destacar que o governo de Lula é a expressão tardia de um conjunto de lutas dos movimentos sociais, mas que triunfa eleitoralmente no momento de baixa das mesmas. Esta situação contrasta com a boliviana, na qual os movimentos sociais alcançam o governo em seu momento de alta. As conseqüências são diferenças na influência dos variados setores da sociedade sobre os partidos políticos, porque são as formas e as dinâmicas dos conflitos um dos fatores que condicionaram as organizações políticas que chegarão ao Estado e suas políticas.

Na bibliografia geral, afirma-se que nos discursos desses governos existe uma mudança na retórica frente ao modelo neoliberal, o que é um elemento ideológico e político significativo, mas não substantivo (Cf. Boron: 2006). No Brasil, isto está expresso na formulação da necessidade de erradicar a fome, no apelo aos pobres e inclusive na crítica as privatizações; na Argentina na menção a necessidade de mudança e de fortalecer o Estado frente às desigualdades do mercado; na Bolívia e Venezuela enfatizando as idéias de soberania nacional e de “cidadanização” das massas, reforçando o papel do Estado e incluindo elementos anti-imperialistas; e no caso chileno propondo para o futuro a construção de uma pátria inclusiva.

Em relação aos movimentos sociais será realizado um análise crítico do trabalho de Maria da Gloria Gohn.

### **Referências bibliográficas por países**

**a) Argentina:** Segundo Boron, existe um abismo que separa o discurso de Kirchner de sua política econômica, que continua sendo neoliberal (Cf. Boron em Elías: 2006) Pelo contrário, para Gak, o governo argentino seria algo positivo frente às possibilidades de uma recomposição política por parte de uma direita dura expressadas por Menem, Rodríguez Saa ou De la Sota, todos, como Kirchner, peronistas. Segundo Gak, não se pode ver o governo de Kirchner como uma continuidade lisa e plena de todo o anterior (Cf. Gak em Elías: 2006). Lozano situa o surgimento do kirshnerismo no marco de uma crise de hegemonia dos setores dominantes e de uma forte mobilização social e considera que constitui em si mesmo uma derrota político-ideológica do neoliberalismo. Realiza mudanças político-institucionais no Poder Judicial, na área de direitos humanos e, em menor medida, no terreno econômico, mas em sua busca de uma burguesia nacional pactua com atores neoliberais e utiliza como instrumento o próprio Partido Justicialista (PJ), peronista, em seu momento menemista e duhaldista, tentando impedir ou enquadrar a mobilização social (Cf. Lozano em Elías: 2006). A leitura de Borón nos permite entender a derrota discursiva do neoliberalismo no país e a análise de Lozano nos fornece elementos para entender as relações das frações de classe com o Estado, ao contrário, a idéia de ruptura em Gak nos levaria a supor que se formou um novo bloco no poder, o que não se demonstra. Reafirmamos nossa hipótese na qual consideramos que é uma mudança no interior do modelo que fortaleceu a burguesia interna, mas no interior do próprio bloco no poder, que permitiria explicar a continuidade de uma política econômica hegemônica neoliberal.

**b) Brasil:** Encontram-se três leituras sobre o significado do governo de Lula. Uma expõe que é a continuidade e o aprofundamento do modelo neoliberal nos mesmos termos do governo Cardoso; outra argumenta o contrário, afirmando que existe uma ruptura na política econômica de ambos; e, em terceiro lugar, estão aqueles que sustentam que este governo expressaria uma mudança no interior do modelo e não uma mudança de modelo.

A hipótese central de Oliveira é que, no Brasil, se formou uma nova classe social, a partir da convergência programática entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social democracia Brasileira (PSDB) e explica que a radicalização do programa de Cardoso realizada por Lula tem como base, por um lado, economistas e tecnocratas dos banqueiros, núcleo duro do PSDB, e o setor dos trabalhadores

operadores dos fundos de pensão, núcleo duro do PT. Os dois grupos são chaves no acesso ao controle dos fundos públicos e seriam as duas caras de uma nova e mesma classe (Cf. Oliveira 2003). Complementa o anterior afirmando que se vive em uma era de indeterminação a qual as relações entre classe, interesses e representação são difusas e nas suas próprias palavras foram para o espaço. Trata-se de uma dominação de classe globalizada, mas sem política, porque não existe mais a política como possibilidade de realizar políticas nacionais (Cf. Oliveira em Basualdo e Arceo: 2006). Para Arruda Sampaio Jr., também há continuidade, dado que o governo de Lula acelerou o processo de reversão neocolonial vigente no Brasil há algumas décadas. Este continuísmo, tanto da política econômica como da filosofia social das políticas, seria um aprofundamento do neoliberalismo, já que todos seus eixos foram radicalizados (Cf. Arruda Sampaio Jr.: 2006). Garcia sustenta uma opinião contrária às anteriores, posto que, para ele, a política econômica do atual governo é uma ruptura com a anterior e conseguiu resolver os gravíssimos problemas herdados da administração de Cardoso. Entre outras coisas, reduziu a inflação, diminuiu a relação dívida interna – Produto Interno Bruto (PIB) expandiu o comércio exterior e, com um conjunto de medidas, obteve uma drástica redução da vulnerabilidade externa do país. O Brasil, ademais, saldou seus compromissos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e baixou drasticamente as cifras do risco país. Estas conquistas macroeconômicas seriam importantes para dar sustentabilidade a um novo e prolongado período de desenvolvimento, sem impedir o crescimento do país mesmo que a um ritmo lento no curto prazo (Cf. García: 2006). Por último, de acordo com Boito Jr. o governo de Lula alterou a relação do Estado brasileiro com a burguesia ao melhorar a posição relativa da grande burguesia interna industrial e agrária no interior do bloco no poder. É um deslocamento no interior do grande capital porque as pequenas e médias empresas continuam na mesma posição de subordinação da década passada (Cf. Boito Jr: 2005 e Boito Jr. em Caetano 2006)

Tanto as idéias gerais de continuidade e ruptura entendidas linearmente, assim como a noção de indeterminação elaborada por Oliveira, como uma dominação de classe sem relação entre as frações de classe e a política, nos impedem entender as novas configurações no interior dos blocos no poder estudados e sua relação com os governos “pós-neoliberais”. Nossa hipótese secundária como se observam é tributária da análise de Boito Jr. para o Brasil e torna-se extensiva para o caso da Argentina.

c) **Venezuela:** DelBúfalo enfatiza que Chávez expressa uma mudança nos setores dirigentes políticos que rompe com o velho clientelismo para instalar um novo que inclui o pessoal militar; aprofunda o modelo rentista petroleiro com um discurso vazio, em nome do socialismo do século XXI e destaca no plano social as políticas ativas e “Missões” cubanas opositoras da ortodoxia neoliberal (Cf. Del Búfalo em Elías: 2006) López Maya possui a visão contrária, considera que Chávez não chegou ao governo por uma correlação de forças de esquerda, mas que sempre buscou uma correção das desigualdades sociais, fomentando permanentemente a participação popular. Realizou junto a um setor militar uma reconstrução do Estado-nação e recuperou a renda petroleira através de uma reforma petroleira, que vincula essa renda com a economia interna (López Maya em Elías: 2006). No mesmo sentido, Woods afirma que Chávez comanda o processo revolucionário das massas pobres venezuelanas no marco de uma revolução socialista na ordem do dia na América Latina (Cf. Woods: 2005).

Concorda-se com Del Búfalo no papel que atribui às Forças Armadas no aparato de Estado assim como com López Maya no empoderamento do mesmo, no entanto, nenhum dos dois busca articular as relações entre as frações de classe e o Estado para caracterizar o governo Chávez. De acordo com Woods a burguesia em seu conjunto se encontra fora do bloco no poder como uma classe homogênea e monoliticamente contrária ao governo Chávez. Caracteriza o governo como se fosse exclusivamente uma aliança Chávez-povo pobre, desconsiderando o conceito facção de classe, chave nesta pesquisa.

d) **Bolívia:** Garcia Linera entende por “evismo” uma estratégia de poder fundada nos movimentos sociais, tomando os marxismos existentes, mas subordinando-os ao indianismo. O Movimento ao Socialismo (MAS), ideologicamente, representa o despertar dos setores subalternos da sociedade boliviana em direção a um novo nacionalismo revolucionário e um novo sindicalismo autônomo da Central Operária Boliviana (COB) impulsionado pelos *cocaleros* com fortes elementos antiimperialistas. Morales realizaria uma revolução descolonizadora das estruturas de poder, uma revolução cultural, política e democrática, mas não social e deveria ser o impulsor de um verdadeiro “capitalismo andino”, buscando alianças com os setores médios, posto que essa estratégia definiria o destino do governo (Cf. Garcia Linera: 2006). De Souza Santos destaca o moderado das nacionalizações que não incluem expropriações, pois

garantem a segurança e continuidade jurídica, pilar de toda democracia (Cf. De Souza Santos: 2006). Para Stefanoni, a Bolívia encontra-se frente a um novo ciclo nacionalista, em uma encruzilhada histórica com o nacionalismo militar das décadas de 30 e 40, com a revolução nacional de 1952 e de um breve ciclo de nacionalismo operário-militar na década de 70. A “encenação” das nacionalizações mediante a ocupação militar dos poços de gás teria como objetivo articular o novo nacionalismo indígena com o velho nacionalismo militar, propondo um novo pacto camponês-militar, procurando sua articulação em um governo indígena popular que pretende incorporar as Forças Armadas ao processo (Cf. Stefanoni: 2006). Para Orellana Aillón, estas nacionalizações são muito mais moderadas que as realizadas décadas atrás pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e as teses sobre um capitalismo andino-amazônico poderiam ser interpretadas como uma nova significação da antiga narrativa burguesa que promovia a transformação do pequeno produtor em capitalista, incluindo nesta versão, a industrialização do país e o fomento governamental à formação dessa nova burguesia andino-amazônica (Cf. Orellana Aillón: 2006).

Linera realiza uma análise que permite compreender a estratégia política do evismo. No entanto, quando se refere à necessidade de construir um capitalismo andino, não expõe sobre quais frações de classes deveria realizar-se. De Souza Santos preocupa-se com a governabilidade e não com explicar se estamos frente à formação de um novo bloco no poder; enquanto entre as diversas leituras sobre as nacionalizações destacamos que a articulação exposta por Stefanoni entre nacionalismo-indígena e nacionalismo-militar é essencial para entender a idéia de frente no novo bloco no poder boliviano. A formulação de Orellana Aillón permite pensar em uma burguesia de Estado que desde o terreno político tenta formar uma nova burguesia no terreno econômico.

**e) Chile:** a Concertação Democrática (CD), se integra ao bloco no poder hegemônico pela burguesia compradora e incorpora paulatinamente em seus discursos a idéia de inclusão social. Moulián, afirma que a CD, concebida como uma aliança minimalista entre socialistas e democrata-cristãos, sem questionar os fundamentos macroeconômicos neoliberais instaurados por Pinochet, conseguiu, no plano político, estabilizar uma coalizão governamental no tempo, contrastando com a alternância experimentada no país entre 1950 e 1973. Sua política é frágil em matéria de direitos humanos; impulsiona moderadas reformas políticas e busca melhorar e aprofundar o modelo neoliberal, no marco de uma política internacional que tem como

objetivo a busca de acordos de livre comércio, visualizada como a fórmula exclusiva para ocupar algum lugar na globalização (Cf. Moulián: 2006). A leitura de Moulián nos permite obter uma visão geral do Chile contemporâneo, porém, não expõe quais são as frações de classe no bloco no poder chileno como pretendemos realizar nesta pesquisa.

Enfim, este é um trabalho teórico com duas partes diferenciadas: um debate teórico político conceitual e uma análise dos processos políticos a partir de hipóteses, que incluem conceitos centrais prévios que permitem entender: populismo, bonapartismo e democracia na contemporaneidade latino-americana. O resultado esperado uma vez realizado o balanço da conceptualização teórica será utilizar estes conceitos nas hipóteses e caracterizações para melhorar as análises destes relevantes processos políticos.

### **Elementos metodológicos e fontes**

De acordo com o marco teórico geral, as teorias das classes e as teorias políticas poulantzianas, este estudo utilizará as teorias da economia política comparada. Esta teoria assume como critério a necessidade de reconstrução de uma política comparada e uma ciência política no marco de um paradigma alternativo. No plano epistemológico a teoria economia política comparada postula que a política comparativa integra todas as principais questões da política e que o estudo da política não pode ser isolado das questões sociais e econômicas (Cf. Chicolte: 1998). Contudo, a literatura dominante na ciência política e na teoria política comparada com frequência não releva estas proposições. Esta linha de pesquisa permite incluir questões estruturais (econômicas, materiais) e superestruturais (políticas e ideológicas), enfocando, em termos comparativos, as relações entre o Estado (os governos “pós-neoliberais”) e as classes (as frações de classes), sob o pano de fundo da economia política internacional. Também permite o estudo dos movimentos sociais e da luta pelo poder político, assim como entender as políticas públicas como produto dessa luta.

A metodologia utilizada será qualitativa e o método será comparativo e inclui a análise de casos. É um estudo que gera hipóteses sobre essa série de casos, entende-se que desta maneira pode-se contribuir para a construção de teoria na ciência política. Nosso tema será abordado em um universo de cinco países latino-americanos com governos denominados “pós-neoliberais”: Argentina, sob o governo de Kirchner

(2003)<sup>9</sup>; Brasil, sob Lula (2002); Venezuela, sob Chávez (1999); Bolívia, sob Morais (2005) e Chile, sob Bachelet (2006). O objetivo de focar nossa análise em uma amostra pequena de casos é porque permite realizar uma análise mais profunda que superficial.

Serão inferidos os casos de Uruguai sob Vázquez (2005-2009) e Equador sob Correa (2007) da seguinte forma: Uruguai, em comparação com o Brasil e com Chile, o primeiro pela ausência de questionamento às políticas macroeconômicas neoliberais, ainda que existam políticas compensatórias e com o segundo, pela participação no governo de partidos socialistas e pelos acordos bilaterais com os Estados Unidos. Da mesma forma o Equador, será comparado com a Venezuela e a Bolívia, a primeira, por ter como características uma liderança personalista, uma organização política frágil, a construção de mudanças de “cima para baixo” e a segunda, pela importância política dos movimentos sociais indígena e camponês.

Os procedimentos mais pertinentes para obter a evidência empírica daquilo que pretende-se investigar em termos de técnicas de produção de dados incluirá um conjunto de fontes secundárias: a) bibliografia sobre os temas; b) diversas revistas e periódicos latino-americanos que se referem a esses governos e movimentos sociais; c) informações e documentos fornecidos pelos governos, organizações políticas e corporações dos países estudados, disponibilizados em sites da internet e e) entrevistas. Os elementos empíricos serão submetidos a uma estratégia de análise à luz da teoria-guia que dá sustentação a este estudo.

Para realizar esta pesquisa foram considerados diversos estudos institucionalistas, como os de Scott Mainwaring e Timothy Scully, assim como os “clássicos” de Bertrand Badie e Guy Hermes sobre política comparada (Cf. Badie e Hermes: 1993) e os de Juan Linz e Alfred Stepan sobre a transição e a consolidação das democracias na América Latina e no sul europeu (Cf. Linz e Stepan: 1999). Em geral, por diferentes razões, são teorias nas quais encontra dificuldades para situar o objeto de estudo proposto. Ao priorizar o estudo das instituições, o nível de institucionalização, os regimes políticos e os sistemas políticos todos eles mantêm a separação entre política, economia e sociedade, o que não se enquadra na perspectiva epistemológica deste projeto.

---

<sup>9</sup> O uso dos parênteses é para ressaltar o ano em que os devidos presidentes assumiram o governo e todos têm o direito constitucional de governar ao mínimo até 2007.

O enfoque central procura abordar o estudo das classes, das frações das classes e sua relação com o Estado, com os governos “pós-neoliberais”, os movimentos sociais, as ideias desenvolvimentistas, pretendendo recuperar o papel central do Estado no capitalismo, frente às teorias dos sistemas. Por esse motivo, diferente da ciência política tradicional, não será considerado o sistema político como o centro do estudo.

Paralelamente serão analisadas a expressão política de algumas identidades culturais nos países estudados, mas não será considerado que são os tipos de cultura política as que caracterizam os sistemas políticos como afirmam as teorias da cultura. A escolha de uma teoria das classes sociais em termos poulantzianos, como está mencionada na parte correspondente das hipóteses, permite articular as relações entre sociedade civil (onde “se encontram” as frações de classe e os movimentos sociais) e o Estado (o *locus* dos governos “pós-neoliberais”). As teorias das classes, elaboradas pelos teóricos das elites e aquelas que têm sua fundamentação no “compreensivismo weberiano”, dificultam a articulação pretendida. Os teóricos elitistas porque em uma de suas versões consideram que é uma minoria a que toma as decisões principais em uma sociedade o que exclui a possibilidade que novos atores sociais formem parte de um bloco do poder e em sua versão pluralista opõe a ideia de elite pluralista a de classe dominante, deixando de lado as frações de classe dessas elites. Os “compreensivistas weberianos” tem uma teoria das classes na qual estas se encontram no mercado, o que deixa de lado as relações com o Estado.

### **Conclusões:**

Este trabalho foi a tentativa de realizar um debate no campo da teoria política que permita uma análise dos processos políticos latino-americanos focando em conceitos como populismo, bonapartismo e democracia. Estudamos os governos de quatro países durante o período denominado “pós-neoliberal” serviram de exemplo: Argentina nas presidências dos Kirchner, Brasil na de Lula, Bolívia na de Morales e Venezuela na de Chávez. Isto tem relevância em dois sentidos: em termos teóricos permite uma adequada conceptualização, na medida que esses conceitos ao ser utilizados de forma geral perdem valor explicativo e em termos de análise político e política comparada já que permite caracterizar melhor estes governos e com uma adequada conceptualização aprofundamos o entendimento destes processos políticos, marcando rupturas e continuidades em relação ao período anterior nos países e comparando entre eles. Nesta perspectiva os conceitos tiveram como objetivo entregar

elementos para entender as relações entre classes, frações de classes, governo e Estado que caracterizam de forma específica cada um destes governos e suas inter-relações no cenário global.

### Referencias:

AIZICZON, F.; **Zanon: una experiencia de lucha obrera**; Buenos Aires: El Fracaso/Herramienta; 2009.

ARRUDA SAMPAIO Jr., P. Encuentro Departamento de Industrias y agroindustrias de la Plenaria Intersindical de los Trabajadores-Convención Nacional de los Trabajadores (EDIA-PIT-CNT) In: ELÍAS, A. (Org.) **Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

BADIE, B. e HERMES, G.; **Política comparada**. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

BASUALDO, E. e ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. São Paulo: Clacso, 2006.

BOITO Jr., A. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo brasileiro. In CAETANO (Org.) **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

\_\_\_\_\_; A burguesia no governo Lula. **Revista Crítica Marxista** n. 21, Campinas, p. 52-76, novembro de 2005.

BORON, A. Néstor Kirchner e as desventuras da “centro-esquerda” na Argentina. **Revista Lutas Sociais**, v.17/18, São Paulo, p. 9-22, 1º semestre 2007.

\_\_\_\_\_; EDIA-PIT-CNT In: ELÍAS, A. (Org.) **Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

\_\_\_\_\_; **Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1991.

\_\_\_\_\_; **A coruja de minerva, mercado contra a democracia no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Editora Vozes; 2001.

BUTLER, J.; **Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge; 1990.

BUTLER, J.; LACLAU, E. E ŽIŽEK, S. **Contingencia, hegemonía, universalidad**. Diálogos contemporáneos en la izquierda. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica; 2011.

CAETANO, G. (Org.) **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. **Desarrollo y dependencia em América Latina**: ensayo de interpretación sociológica. México D.F.: Siglo XXI, 1998.

CRITCHLEY S. e MARCHANT O.; “Introducción”. In: CRITCHLEY S. e MARCHANT O. (org). **Laclau**. Aproximaciones críticas a su obra. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica; 2008.

CHAVEZ, H.; **El golpe fascista en Venezuela**. Havana: La Plaza; 2003.

CHILCOTE, R. **Teorías de política comparativa**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEL BÚFALO, E. EDIA-PIT-CNT In: ELÍAS, A. (Org.) **Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

ELÍAS, A. (Org.) **Los gobiernos progresistas en debate. Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

GAK, A. EDIA-PIT-CNT In: ELÍAS, A. (Org.) **Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

GARCÍA, M. A. Debate. Programa de governo do PT. A reconstrução da esperança. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, n. 65, fevereiro-março 2006.

GARCÍA LINERA, Á. El evismo: lo nacional popular en acción. **Revista del Observatorio Social de América Latina (OSAL)**, Buenos Aires, n. 19, p.25-32, enero-abril 2006.

GOHN, M.; **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**; São Paulo: Loyola; 1997.

GRAMSCI, A.; 2004; **Escritos Políticos** (1921-1926); volume 2; Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

\_\_\_\_\_; 2000; Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política In **Cadernos do Cárcere**, Volume 3; Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

KATZ, C. **El rediseño de América Latina**. ALCA, MERCOSUR y ALBA. Buenos Aires: Luxemburg, 2006.

LACLAU, E.; **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica; 2005.

\_\_\_\_\_.; **Emancipation(s)**. London-New York: Verso; 2007.

LACLAU, E. e MOUFFE, C.; **Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI; 1987.

LANDER, E. (org.); **A colonialidade do saber**. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas; São Paulo: Clacso; 2005.

LINZ, J. e STEPAN, A. **A Transição e Consolidação da Democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LÓPEZ MAYA, M. Venezuela 2001-2004: actores y estrategias en la lucha hegemónica In CAETANO (Org.) **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

\_\_\_\_\_; EDIA-PIT-CNT In: ELÍAS, A. (Org.) **Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

LOZANO, C. EDIA-PIT-CNT In: ELÍAS, A. (Org.) **Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

MAINWARING, S. e SCULLY, T. **Building Democratic Institutions. Party Systems in Latin America**. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo; 2007

\_\_\_\_\_; **Simón Bolívar**. Madrid: Sequitur, 2006.

MIRZA, C. **Movimientos sociales y sistemas políticos en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

MOUFFE, C. (ed.) **Dimensions of Radical Democracy. Pluralism, Citizenship, Community**. London-New York: Verso; 1995.

\_\_\_\_\_.; **The Return of the Political**. London: Verso; 1993.

\_\_\_\_\_.; **The Democratic Paradox**. London: Verso; 2000.

MOULIÁN, T. El gobierno de Michelle Bachelet: las perspectivas de cambio. **Revista del OSAL**, Buenos Aires, n. 19, p.131-135, enero-abril 2006.

\_\_\_\_\_.; **Chile actual: Anatomía de un mito**. Santiago: LOM-ARCIS, 1997.

MUTTI, A. e SEGATTI, P. **A burguesia de Estado. Estrutura e funções da empresa pública**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

OLIVEIRA, F. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In BASUALDO, E. e ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. São Paulo: Clacso, 2006.

\_\_\_\_\_.; **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORELLANA AILLÓN, L. Hacia una caracterización del gobierno de Evo Morales. **Revista del OSAL** Buenos Aires, n. 19, p.45-54, janeiro-abril 2006.

PETRAS, J. América Latina: Cuatro bloques de poder. **Revista Lutas Sociais**, v.17/18, São Paulo, p. 78-82, 1º semestre 2007.

POULANTZAS, N. **Las clases sociales en el capitalismo actual**. Madrid: Siglo XXI, 1990.

\_\_\_\_\_.; **A crise das ditaduras. Portugal, Grecia, Espanha**. Petrópolis: Paz e Terra, 1976.

QUIJANO, A. Estado-nación y “movimientos indígenas” en la región andina: cuestiones abiertas. **Revista del OSAL** Buenos Aires, n. 19, p.15-24, enero-abril 2006.

SALLUM Jr., B. **Brasil e Argentina hoje política e economia**. Bauru: EDUSC, 2004.

SOUZA SANTOS, B. Evo Morales e a democracia. **Revista del OSAL** Buenos Aires, n. 19, p.15-24, enero-abril 2006.

STEFANONI, P. El nacionalismo indígena en el poder. **Revista del OSAL** Buenos Aires, n. 19, p.37-44, enero-abril 2006.

SVAMPA, M.; **El Estado de las luchas en Argentina**; artículo publicado en "Etat des résistances dans le Sud - 2007", Syllepse, (Paris)- CETRI (Louvain-la-Neuve). Diciembre de 2006.

SVAMPA, M. e PEREYRA, S.; **Entre la ruta y el barrio. La experiencia de las organizaciones piqueteras**. Buenos Aires: Biblos; 2004.

THERBORN, G. 2007. "After Dialectics. Radical Social Theory in a Post-Communist World". In: *New Left Review*, N°43, jan-feb.

WOODS, A. **La revolución bolivariana. Un análisis marxista**. Madrid: Fundación Federico Engels, 2005.

ŽIŽEK, S.; **El espinoso sujeto**. El centro ausente de la ontología política. Buenos Aires-Barcelona-México: Paidós; 2001.